

VESTIBULAR 1988: SELEÇÃO OU EXCLUSÃO?

Durante as décadas de 1950 e 1960, o concurso vestibular caracterizou-se como um exame de entrada na universidade e, com raras exceções, tornou-se específico para o curso a que se destinava. Nessa época a habilitação traduzia-se por um desempenho mínimo nos exames propostos, o que produziu alguns efeitos importantes. A nota mínima exigida ora não era atingida por um número suficiente de candidatos nas carreiras ou instituições de menor prestígio, ora era atingida por um número excessivo naquelas de maior prestígio. No primeiro caso, a situação provocou o abaixamento *a posteriori* da nota mínima; no segundo, criou a figura do 'excedente'.

Na tentativa de corrigir esse último problema, os exames vestibulares passaram a exigir conhecimentos cada vez mais específicos, transferindo-se muitas vezes conteúdos próprios do ensino superior para o ensino secundário. Tais distorções tiveram efeitos desastrosos tanto para a escola secundária como para o próprio ensino superior. A escola secundária, incapaz de especializar-se nos níveis exigidos pelos inúmeros exames vestibulares existentes, repassou aos chamados cursos preparatórios (cursinhos) a responsabilidade de 'treinar' os estudantes. O número de candidatos já justificava, nesse período, a utilização maciça de testes de múltipla escolha, que, aplicados quase sempre sem o devido preparo técnico, se concentravam em exercícios de pura memorização. O ensino superior, principalmente nas carreiras de maior prestígio, passou a estruturar-se a partir de pré-requisitos artificialmente transferidos para o curso secundário, ocasionando, em geral, erros conceituais graves na aprendizagem dos conteúdos.

Foi nesse contexto que, com a lei nº 5.540, surgiu a reforma universitária de 1968. Quanto ao vestibular, propunha uma retomada progressiva do caráter de exame de saída do segundo grau, com a peculiaridade de ser exclusivamente classificatório, perdendo, pois, o caráter habilitatório que vigorara até então. Surgiram em várias regiões do país os vestibulares unificados, a exemplo dos vestibulares por área de conhecimento adotados em São Paulo na segunda metade da década de 1960.

Dentro do espírito da lei nº 5.540, a implantação do 'primeiro ciclo geral de estudos' na universidade pressupunha um vestibular único, isto é, sem diferenciação por cursos, exigindo igualmente de todos os candidatos os mesmos conteúdos do chamado 'ciclo comum obrigatório'. Caberia a este primeiro ciclo uma recuperação das deficiências detectadas no vestibular. Tal uniformidade trazia à escola de segundo grau a possibilidade de retomar, junto aos postulantes ao ensino superior, o seu papel de responsável pela formação geral dos cidadãos.

Até o final da década de 1970 houve uma tendência a aprimorar-se o vestibular único. A partir daí, observamos reações à idéia de vestibular único classificatório e vemos surgir aos poucos uma volta ao vestibular especializado e habilitatório, com características de exame de entrada. Ao mesmo tempo, um processo de desagregação dos unificados culmina, praticamente, com sua extinção em 1988.

Partindo do pressuposto de que a lei nº 5.540/68 conferia ao vestibular um caráter de exame de saída do segundo grau, o seu espírito baseava-se em duas premissas fundamentais: o curso secundário deveria voltar-se para a formação do cidadão num mundo moderno, buscando dar-lhe uma formação eclética, não especializada; os primeiros semestres da universidade deveriam corrigir as deficiências observadas na formação geral do curso secundário e encaminhar os alunos à escolha vocacional de uma carreira profissional. Diante da crescente importância das competências multidisciplinares nas atividades profissionais modernas, a especialização deveria se dar o mais tardiamente possível. É, portanto, algo incompreensível do ponto de vista pedagógico a escalada atual para um vestibular especializado e para o desmantelamento dos unificados. Teremos que procurar uma explicação de natureza mais sociológica e política para esse comportamento.

Numa análise das forças sociais, políticas e corporativas envolvidas nesta problemática, desponta, em primeiro lugar, o conservadorismo da comunidade universitária, que deseja manter um ensino reservado à elite e ignora a proletarização cada

vez maior da docência nas escolas de primeiro e segundo grau e as condições em que o ensino é praticado. Esse segmento nunca aceitou a idéia de remediar as deficiências crescentes que a escola elementar produz em seus calouros e muito menos a de reformular seus cursos básicos diante do novo perfil, mais eclético, de seus alunos.

Em segundo lugar aparecem os empresários dos chamados 'cursinhos pré-vestibulares'. O vestibular único e unificado não interessa a esse segmento, já que a não-especialização dos exames torna essa atividade em grande parte desnecessária. Sabe-se que uma fração não desprezível dos interesses econômicos dessa atividade empresarial é controlada por professores universitários. O lobby desse grupo é extremamente organizado e poderoso. A campanha desencadeada na grande imprensa este ano contra os vestibulares unificados em função das fraudes observadas em algumas instituições é uma evidência desse poder. Professores pouco familiarizados com a problemática do vestibular e imbuídos do mito da influência do exame sobre os graus anteriores de ensino completam o quadro, apoiando provas discursivas e redação, que só fazem diminuir a abrangência curricular das mesmas.

O argumento de que o vestibular influi na prática pedagógica do segundo grau é visto como um paradigma tanto por professores universitários quanto pela sociedade em geral. A constante observação de um desempenho sofrível dos candidatos é interpretada pelo senso comum como decorrência da queda de qualidade do ensino nos graus anteriores, que estaria funcionalmente associada à introdução de provas objetivas de múltipla escolha no vestibular, à lei que propõe um exame único e finalmente aos unificados regionais.

Várias pesquisas têm mostrado a dificuldade de associarmos este caráter funcionalista ao vestibular. No estudo realizado em 1980 pela equipe do projeto 'Vestibular: instrumento de diagnóstico do sistema escolar', elaborado pela Fundação Cesgranrio, fica claro que, nas condições em que opera a escola de segundo grau no estado do Rio de Janeiro (e não há motivos para se pensar que seja muito diferente no resto do país), supor uma influência benéfica

ou maléfica dos exames vestibulares é, no mínimo, uma fantasia.

Em primeiro lugar é preciso compreender por que, apesar da forte seleção social que ocorre na escola de primeiro e segundo graus, os cerca de seis por cento de indivíduos de uma geração que conseguem concluir o segundo grau e se candidatam a uma vaga no ensino superior ainda apresentam uma distribuição, em relação ao nível sociocultural e ao desempenho acadêmico, com forte variância.

A partir das leis nº 4.024/61 e 5.692/71, a elaboração de um plano curricular e os critérios de avaliação foram descentralizados e transferidos às escolas. Se, do ponto de vista teórico, essa medida pode ser vista como um passo progressista, a contrapartida necessária, que seria um controle final sobre o desempenho da escola por parte da sociedade (representada pelos órgãos governamentais competentes), não ocorreu (e não ocorre) por diversas razões. Nesse contexto torna-se ao menos pragmaticamente explicável o retorno do caráter habilitatório do vestibular. O diploma de segundo grau já não representa mais um referencial sequer aproximado de uma competência cognitiva mínima.

A análise de alguns indicadores do estudo citado, entretanto, é suficiente para mostrar a total inviabilidade do argumento da possível influência — benéfica ou maléfica — do vestibular na qualidade do ensino de segundo grau. O próprio preceito legal de que o exame vestibular deve se ater à avaliação de uma “escolaridade normal de segundo grau” perde o sentido diante da realidade.

Quanto às condições de trabalho dos professores de segundo grau, a pesquisa mostra que, em média, cada professor tem sob sua responsabilidade 412 alunos, leciona em 2,5 colégios simultaneamente e dá mais de 27 horas efetivas de aula por semana, dispondo de menos de duas horas pagas por semana para planejamento, preparação, elaboração de cursos, provas e sua correção. Observou-se ainda que a orientação pedagógica da escola fica a cargo de cada professor, praticamente inexistindo um projeto definido e estruturado no próprio estabelecimento.

Quanto à parte cognitiva propriamente dita, a situação é ainda mais precária. À época da pesquisa, o vestibular unificado no Rio de Janeiro preparava suas provas, já havia quatro anos, com base num programa elaborado segundo a tecnologia universalmente conhecida da taxonomia de ob-

jetivos comportamentais, criada pelo pesquisador norte-americano Benjamin Bloom. Com essa técnica, as questões formuladas nos exames procuravam medir esses objetivos no nível de abrangência e complexidade em que eram propostos nos programas.

A análise das provas escolares recolhidas pela equipe da pesquisa, numa amostra de 83 das 686 escolas de onde provinham os candidatos ao vestibular, mostrou que:

1 - Cerca de 80% das questões testavam apenas conhecimento e compreensão — os níveis mais baixos da taxonomia de Bloom —, ao passo que, no vestibular, apenas 30% das questões eram formuladas nesses níveis; as demais questões testavam níveis mais complexos de aplicação, análise, síntese e avaliação.

2 - A distribuição dos conteúdos não obedecia à distribuição proposta no programa e alguns deles, considerados de baixo desempenho no vestibular, estavam totalmente ausentes nas avaliações das escolas.

3 - Apenas 20% dos professores declararam que utilizavam o programa do vestibular para preparar seus cursos.

4 - Apenas 40% das questões eram formuladas sob a forma de múltipla escolha, quando, à época da coleta de dados, todas as provas do vestibular utilizavam essa técnica de avaliação.

Nada leva a crer que de 1980 para cá esse quadro tenha melhorado. Ao contrário, tudo indica que a crise econômica dessa década tenha agravado mais ainda a situação.

Em particular tem sido observado um aumento da rotatividade dos professores de primeiro e segundo graus como conseqüência da queda do prestígio social da carreira de magistério.

A grande heterogeneidade observada quanto às classes de origem dos candidatos se dá, porém, em proporções bastante alteradas em relação ao total da população. Ocorre a partir daí o que chamaríamos de pré-seleção social na escolha da carreira. Ao analisar o perfil sociocultural dos candidatos às diversas carreiras, observamos um forte viés nessa escolha. Tal fenômeno, já descrito em outros contextos sociais, aparece no Brasil de forma extremamente marcante. A cada carreira estão associados candidatos com perfis socioculturais muito bem definidos. Forma-se assim uma escala de prestígio social das carreiras, com implicações bastante importantes para a compreensão da estrutura político-social do país.

Esta escala mostrou-se extremamente estável ao longo dos anos. As médias do nível sociocultural dos inscritos e dos classificados nas carreiras das instituições públicas (figura 1) mostram claramente a importância da pré-seleção das carreiras no momento da inscrição no vestibular. O exame vestibular propriamente dito produz uma seleção social secundária nesse processo.

O porquê desta pré-seleção social das carreiras envolve dois mecanismos psicossociais distintos. O primeiro diz respeito ao ▶

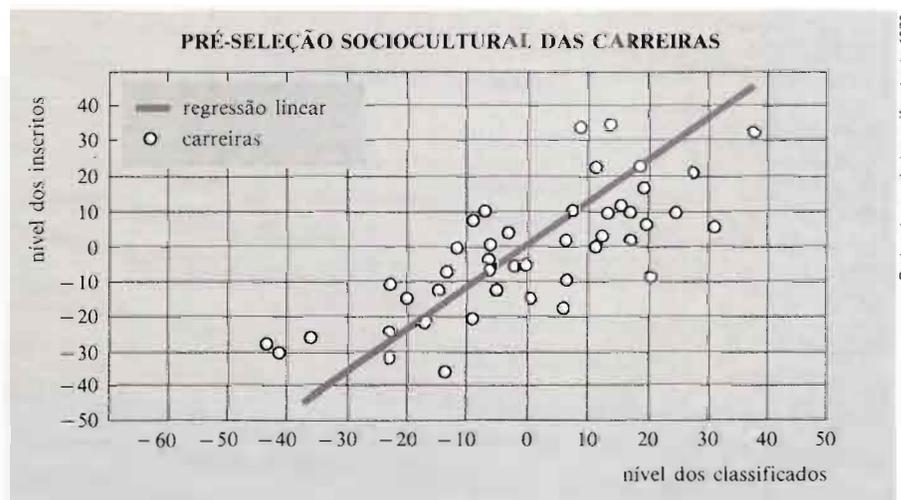


Fig. 1. O nível dos inscritos em cada carreira é aproximadamente o mesmo dos classificados. As escalas foram obtidas por análises estatísticas apropriadas e são uma combinação de indicadores como renda familiar, nível de instrução dos pais, ocupação do pai e turno (diurno ou noturno) que frequentou no segundo grau. No eixo vertical, o nível sociocultural médio dos inscritos; no horizontal, o dos classificados. O zero representa a média geral para todas as carreiras.

universo de representações criado pelo indivíduo para 'explicar' sua escolha. O segundo é o processo que desconecta essas representações do forte viés sociocultural observado nesta escolha. No primeiro notam-se motivações extremamente individualistas e egocêntricas (vocaçào, chamado, missão etc.), porém fortemente influenciadas pelo meio social em que está inserido o candidato. O sucesso das atividades profissionais no âmbito restrito da família e do tecido social próximo (colegas de escola, amigos, líderes locais etc.) é o principal substrato dessa decisão. No segundo, o processo básico detectado mostra claramente que existe uma polarização entre um 'gostar mais de ciências' e um 'gostar mais de humanidades' entre os candidatos. Este 'gostar mais' constitui a principal vocação a nível consciente da maioria dos estudantes. Por hipótese, a escolha da carreira é feita compatibilizando o caráter ciência-humanidades das carreiras com esta 'vocaçào' consciente. É fundamental notar que, para as classes sociais de menor posição, a escolha se restringe principalmente a carreiras de menor prestígio, que não fazem parte do espectro considerado pelas classes altas.

Bem mais conhecida da literatura sociológica é a relação entre o nível sociocultural dos candidatos e suas notas no vestibular (figura 2). Apesar de se tratar de dados obtidos no vestibular de 1979, a estabilidade das escalas sócio-econômicas permite que sejam aplicadas, com as devidas reservas, ao comportamento do vestibular de

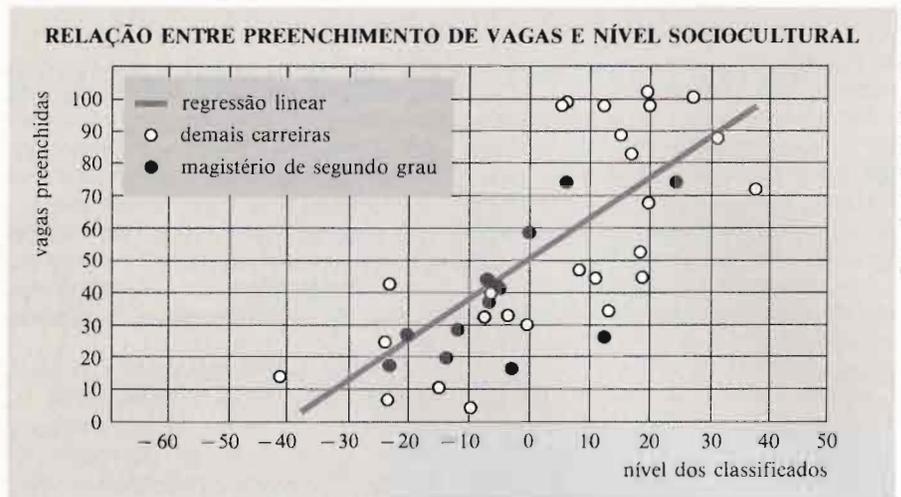


Fig. 3. As carreiras que levam ao magistério de primeiro e segundo graus (pontos pretos) são as que apresentam maior número de vagas ociosas. No eixo vertical, os percentuais de vagas preenchidos; no horizontal, o nível sociocultural médio dos classificados.

1988. O resultado da invariância da distribuição sócio-econômica entre os candidatos do unificado de 1987 e do vestibular isolado da UFRJ deste ano nos anima a reforçar essa inferência.

Em 1988, a desunificação dos vestibulares e a política de aumentar os níveis mínimos de desempenho nos grandes centros urbanos do país reeditaram em larga escala a problemática dos vestibulares da década de 1960. O efeito mais importante e mais grave este ano foi a alta percentagem de vagas não preenchidas nas universidades públicas federais, principalmente no Rio de Janeiro, e em algumas universidades estaduais em São Paulo. O caso mais aberrante ocorreu na Universidade Esta-

dual do Maranhão, onde apenas 17 candidatos foram aprovados para um número de vagas na casa dos milhares.

No Rio de Janeiro foi possível analisar alguns dados das universidades federais que evidenciam as conseqüências perversas dessa política. A partir dos números divulgados pela imprensa foi possível calcular o percentual de vagas não preenchidas em cada carreira. Embora os exames vestibulares tenham sido isolados, a filosofia dos concursos foi muito semelhante. Nas carreiras de médio e baixo prestígio social, o percentual de vagas não preenchidas ocorreu de forma análoga nas três universidades analisadas: UFRJ, Uni-Rio e UFF. Com base nessa constatação, podemos analisar os dados em conjunto, isto é, calcular o percentual de vagas não preenchidas no sistema formado por essas três instituições (figura 3). Salta aos olhos, de imediato, o fato de que carreiras que levam ao magistério de primeiro e segundo graus estão entre as que apresentam maior número de vagas ociosas. Pode-se calcular também que houve um aumento da renda familiar média — entre 10 e 15% em valores constantes — dos novos calouros, em relação a seus colegas dos anos anteriores.

As análises aqui abordadas permitem uma avaliação abrangente entre o discurso e a prática, nas universidades públicas, em relação ao acesso. No discurso, a partir do início do movimento das associações docentes, a luta pela autonomia da universidade pública incluía discussões acaloradas sobre a democratização do acesso ao ensino. Aos poucos, no entanto, o assunto foi sendo esquecido e a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior

Dados do vestibular de 1988 — UFRJ, UFF e Uni-Rio

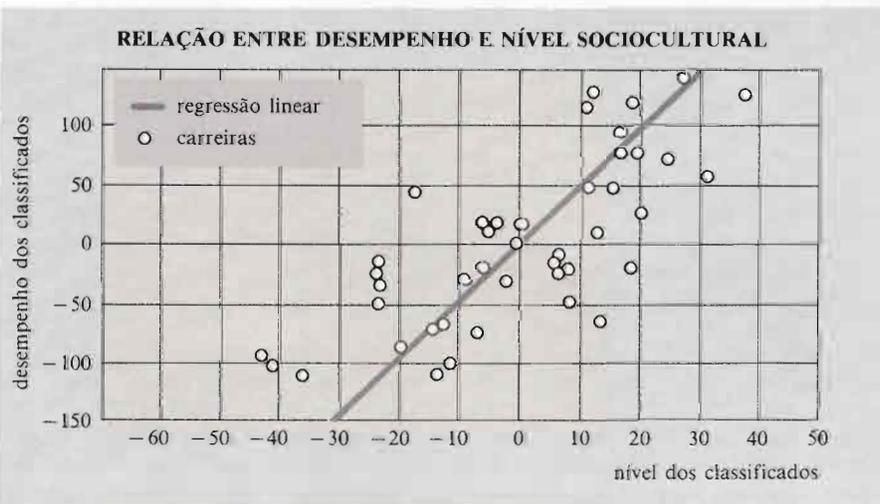


Fig. 2. O eixo horizontal mede o nível sociocultural médio dos classificados nas carreiras. O desempenho médio (pontuação no vestibular) dos classificados para as diversas carreiras, representado no eixo vertical, é fortemente estratificado socialmente (o zero da escala vertical corresponde ao desempenho médio de todas as carreiras).

Dados do vestibular unificado de 1979

(ANDES) tem tomado um rumo nitidamente corporativo-sindicalista, abandonando suas lutas originais. É surpreendente que os fatos e análises do vestibular 1988 tenham passado despercebidos aos mesmos grupos que pressionaram a Assembléia Constituinte para incorporar na nova carta uma política de aumento de vagas nas universidades públicas e de manutenção de sua gratuidade. Estes dois pleitos se chocam frontalmente com a prática que essa análise do vestibular exhibe. Para que aumentar o número de vagas, se elas se tornarão ociosas? Como ter argumentos para manter a gratuidade, se uma política deliberada impede o acesso dos menos favorecidos? Como usar o argumento da pressão sobre a escola de segundo grau para justificar essa política de acesso — defendido unanimemente pelos reitores das universidades onde ocorreu o não-preenchimento das vagas —, se nas universidades públicas é barrada a entrada daqueles que poderiam se tornar docentes dos graus anteriores de ensino mais bem preparados e assim melhorar-lhes o nível?

Tais indagações merecem algumas qualificações adicionais. A interação universidade-comunidade não pode se limitar a programas de extensão assistencialistas como tem ocorrido. Sua responsabilidade vai muito além. Em particular, a formação de docentes para os graus anteriores de ensino deveria ser uma de suas principais prioridades. Se os candidatos são fracos (em razão do baixo prestígio dessas carreiras), cabe à própria universidade contribuir para sua valorização. Por que não instituir cursos de recuperação, aumentando em alguns semestres o currículo dessas carreiras? A lei permite até o dobro da carga horária total mínima do curso.

Sabe-se que hoje mais de 80% dos professores das escolas de segundo grau no Rio de Janeiro são formados (quando o são) em faculdades particulares de baixa qualidade. Sabe-se também que os cursos de licenciatura nas universidades federais têm hoje em dia baixíssimo prestígio na comunidade e que as atividades de pesquisa em ensino praticamente desapareceram nessas instituições.

Como conciliar o discurso da democratização do país e da universidade com a manutenção e o aumento dos privilégios da classe alta que frequenta hoje, mais que ontem, as universidades públicas? Como defender, nesse contexto, a gratuidade do ensino para um grupo cada vez mais privilegiado com refeições ao preço de US\$ 0,00003 num país de subnutridos? Nunca é demais lembrar que as universidades federais — que reúnem cerca de 300 mil estudantes num país de 140 milhões de habitantes — consomem mais de 50% da verba do Tesouro Nacional alocada ao Ministério da Educação. Será que há esperança de um dia a universidade pública, gratuita e autônoma em nosso país tomar consciência de suas reais responsabilidades sociais, descer da torre de marfim em que se encontra e retomar seriamente o seu papel de formadora de docentes para os graus anteriores de ensino?

Sergio Costa Ribeiro

Laboratório Nacional de Computação Científica, CNPq